

Jair Eduardo Santana
Viviane Fernandes de Araujo
Sirley de Oliveira Arruda
Maria do Carmo de Campos Valadares

LEI DAS PARCERIAS

LEI Nº 13.019/2014

Comentários de Prática
para Implantação



Abstração VI: Alcimone Mello

2ª edição revista,
ampliada e atualizada

FORUM

JAIR EDUARDO SANTANA
VIVIANE FERNANDES DE ARAUJO
SIRLEY DE OLIVEIRA ARRUDA
MARIA DO CARMO DE CAMPOS
VALADARES

LEI DAS PARCERIAS

LEI Nº 13.019/2014

COMENTÁRIOS DE PRÁTICA PARA
IMPLANTAÇÃO

2ª edição revista,
ampliada e atualizada

Área específica

DIREITO MUNICIPAL

Área específica da obra

Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Municipal; Financeiro; Público; Constitucional

Público-alvo/consumidores da obra

1. Servidores públicos de todas as esferas governamentais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), porém, todos os modelos (parte prática) estão voltados para a implantação da Lei 13.019/14 no âmbito municipal, embora possa haver adaptações pelos Estados.
2. O Terceiro Setor (Organizações da Sociedade Civil em geral), porque a parte prática contém modelos que eles devem elaborar para celebrar parcerias com o Poder Público.
3. Órgãos de Controle (interno e externo).

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10003010

Ao entrar em vigor, na sua plenitude, em 2017, a Lei nº 13.019/14 mudou por completo o regime das parcerias e das transferências de recursos públicos para o Terceiro Setor.

Se a norma, de um lado, potencializa e incentiva a celebração dessas parcerias, de outra parte, criou uma série de condições para que elas se desenvolvam validamente.

Desde a escolha das entidades parceiras até a prestação de contas dos recursos públicos transferidos, incluindo a necessidade de elaboração de planos de trabalho esculpido com muita seriedade, há um extenso rol de providências operacionais a ser observado.

Seguramente os acertos e os erros na aplicação da norma dependerão da capacitação de servidores públicos e de membros das citadas entidades.

Há mais de 30 (trinta) anos trabalhando diariamente com a Administração Pública, os autores apresentam, neste livro, as ferramentas práticas indispensáveis a implementar a Lei nº 13.019 em sua inteireza, e deixam as lições acerca da teoria necessária à compreensão do novo regime de parcerização.

Este livro foi propositalmente concebido em linguagem simples e objetiva, considerando os impactos da Lei nº 13.019 para os órgãos públicos e para as entidades do Terceiro Setor, a quem se mostra quais procedimentos deverão ser adotados para sua implantação (com modelos sugestivos) especialmente no que toca a:

- ✓ Regulamentação da Lei no âmbito municipal;
- ✓ Criação das Comissões que são necessárias;
- ✓ Documentos relacionados à seleção impecional das entidades do Terceiro Setor;
- ✓ Seleção por dispensa ou inexigibilidade;
- ✓ Monitoramento, acompanhamento e execução (aplicação dos recursos públicos transferidos);
- ✓ Prestação de contas e demonstrações de que os recursos foram efetivamente aplicados na forma pactuada e que atingiram o alcance social pretendido.

L525 Lei das parcerias: Lei nº 13.019/2014 – comentários de prática para implantação / Jair Eduardo Santana... [et al.]. 2. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.
324 p.
ISBN: 978-65-5518-192-0

1. Direito administrativo. 2. Direito municipal. 3. Direito financeiro. I. Santana, Jair Eduardo. II. Araújo, Viviane Fernandes de. III. Arruda, Sirley de Oliveira. IV. Valadares, Maria do Carmo de Campos. V. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTANA, Jair Eduardo; ARAÚJO, Viviane Fernandes de; ARRUDA, Sirley de Oliveira; VALADARES, Maria do Carmo de Campos. *Lei das parcerias: Lei nº 13.019/2014 – comentários de prática para implantação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 324 p. ISBN 978-65-5518-192-0.

Jair Santana

Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado, parecerista e professor. Presta consultoria e assessoramento técnico para entidades públicas e privadas. Conferencista e palestrante atuante em todos os Estados brasileiros e no Exterior, sempre tratando de temas ligados ao Direito Público e à Governança.

Viviane Fernandes de Araújo

Advogada, contabilista e consultora de diversas entidades públicas municipais. Graduada em Direito. Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Municípios pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Público Municipal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Sirley de Oliveira Arruda

Advogada, contabilista e consultora de diversas entidades públicas municipais. Graduada em Direito. Pós-Graduada em Direito Público Municipal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Maria do Carmo de Campos Valadares

Advogada, contabilista e consultora de diversas entidades públicas municipais. Graduada em Direito. Pós-Graduada em Direito Tributário pela Faculdade da Região dos Lagos.

SUMÁRIO

NOTA À 2ª EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO.....	17

PARTE 1

DOCTRINA

(COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.019/2014)

1	Comentários iniciais	23
2	Comentários aos artigos da Lei nº 13.019/2014	28
2.1	Art. 1º	28
2.2	Art. 2º	31
2.2.1	Art. 2º-A	36
2.3	Art. 3º	37
2.4	Art. 4º	39
2.5	Art. 5º	39
2.6	Art. 6º	43
2.7	Art. 7º	45
2.8	Art. 8º	46
2.9	Art. 9º	47
2.10	Art. 10	48
2.11	Art. 11	49
2.12	Art. 12	50
2.13	Art. 13	50
2.14	Art. 14	51
2.15	Art. 15	51
2.16	Art. 16	52
2.17	Art. 17	53
2.18	Art. 18	54
2.19	Art. 19	55
2.20	Art. 20	55
2.21	Art. 21	56
2.22	Art. 22	57
2.23	Art. 23	58
2.24	Art. 24	60
2.25	Art. 25	62
2.26	Art. 26	62
2.27	Art. 27	63
2.28	Art. 28	64
2.29	Art. 29	65
2.30	Art. 30	66
2.31	Art. 31	68
2.32	Art. 32	69
2.33	Art. 33	70
2.34	Art. 34	72
2.35	Art. 35	73
2.35.1	Art. 35-A	75
2.36	Art. 36	76
2.37	Art. 37	77
2.38	Art. 38	77
2.39	Art. 39	77
2.40	Art. 40	81
2.41	Art. 41	82
2.42	Art. 42	83
2.43	Art. 43	87
2.44	Art. 44	88
2.45	Art. 45	88
2.46	Art. 46	89

2.47	Art. 47.....	90
2.48	Art. 48.....	90
2.49	Art. 49.....	91
2.50	Art. 50.....	91
2.51	Art. 51.....	92
2.52	Art. 52.....	92
2.53	Art. 53.....	93
2.54	Art. 54.....	94
2.55	Art. 55.....	94
2.56	Art. 56.....	94
2.57	Art. 57.....	95
2.58	Art. 58.....	95
2.59	Art. 59.....	96
2.60	Art. 60.....	97
2.61	Art. 61.....	97
2.62	Art. 62.....	98
2.63	Art. 63.....	99
2.64	Art. 64.....	99
2.65	Art. 65.....	100
2.66	Art. 66.....	101
2.67	Art. 67.....	101
2.68	Art. 68.....	102
2.69	Art. 69.....	103
2.70	Art. 70.....	104
2.71	Art. 71.....	105
2.72	Art. 72.....	106
2.73	Art. 73.....	109
2.74	Art. 74.....	110
2.75	Art. 75.....	110
2.76	Art. 76.....	110
2.77	Art. 77.....	111
2.78	Art. 78.....	111
2.79	Art. 79.....	113
2.80	Art. 80.....	113
2.81	Art. 81.....	114
2.81.1	Art. 81-A.....	115
2.82	Art. 82.....	115
2.83	Art. 83.....	115
2.83.1	Art. 83-A.....	116
2.84	Art. 84.....	116
2.84.1	Art. 84-A.....	117
2.84.2	Art. 84-B.....	117
2.84.3	Art. 84-C.....	118
2.85	Art. 85.....	119
2.85.1	Art. 85-A.....	119
2.85.2	Art. 85-B.....	120
2.86	Art. 86.....	120
2.87	Art. 87.....	121
2.88	Art. 88.....	121

PARTE 2
PRÁTICA
(MODELOS)

1. MODELO DE PROJETO DE LEI	125
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº ____ DE ____ DE _____	
DE ____ QUE REGULAMENTA A LEI Nº 13.019/14.....	152
PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES, SERVIÇOS, LOCAÇÕES E OBRAS PARA EXECUÇÃO DE PARCERIAS FIRMADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	152
2. MODELO DE PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO	157
EXERCÍCIO DE _____.....	157
PARECER JURÍDICO.....	160
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____.....	161

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE _____	161
ANEXO I – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	172
ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PARTICIPAÇÃO	173
ANEXO III – MODELO DE PLANO DE TRABALHO	174
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	176
ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº _____, DE _____ DE 20____	179
ESSE MODELO DEVERÁ SER ADAPTADO DE ACORDO COM QUAL ENTE IRÁ PROPOR A PARCERIA (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL)..	179
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	179
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____	188
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO	190
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/20____	191
RESULTADO DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20____	192
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/____	193
3. MODELO DE PROCESSO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO	195
AUTORIZAÇÃO.....	196
MODELO DE PLANO DE TRABALHO PARA ACORDO DE COOPERAÇÃO.....	198
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	200
PARECER JURÍDICO	203
MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO	204
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO	207
ATA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/____	208
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO	209
PROCESSO Nº ____/20____	209
RESULTADO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/20____	210
JUSTIFICATIVA DETALHADA DO ADMINISTRADOR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº ____/____	211
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROCESSONº ____/____	212
4. MODELO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/ DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO	213
AUTORIZAÇÃO.....	214
OFÍCIO SUGESTIVO.....	216
ANEXO I – PLANO DE TRABALHO.....	218
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO	221

PARECER JURÍDICO	224
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº _____, DE _____ DE 20____	225
1 DO OBJETO	225
PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO	234
ATA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20____ 235	
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO RELATIVA AO PROCESSO Nº ____/20____	237
RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/20____	238
JUSTIFICATIVA DETALHADA DO ADMINISTRADOR AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____	239
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO RELATIVO AO PROCESSO Nº ____/____	240
5. MODELO DE MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	241
APRESENTAÇÃO	241
DECRETO Nº _____, DE _____ DE _____	243
ANEXOS.....	271
ANEXO I.....	274
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO.....	278
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO.....	280
ANEXO VIII – PROCEDIMENTOS DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES, SERVIÇOS, LOCAÇÕES E OBRAS PARA EXECUÇÃO DE PARCEIRAS FIRMADAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, CONFORME ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº _____, DE _____	282
6. MODELO DE DECRETO QUE REGULAMENTA O TERMO DE AJUSTAMENTO DE PARCERIA	287
DECRETO Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____	287
6.1 MODELO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE PARCERIA.....	291
TERMO DE AJUSTAMENTO DE PARCERIA	291
7. MODELOS DE PORTARIAS DE NOMEAÇÃO DE COMISSÕES E DE GESTOR.....	295
PORTARIA Nº _____/_____	297
PORTARIA Nº _____/_____	299
8. MODELOS DE ATOS A SEREM REALIZADOS PELA OSC	301
REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TARIFA BANCÁRIA.....	301
DECLARAÇÃO	303
OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REFORMULAÇÃO DE PLANO TRABALHO	304
9. MODELOS PARA AUXILIAR NA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	307
RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA IN LOCO	307
(art. 66, parágrafo único, I da Lei nº 13.019).....	307
MODELO DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE CHAMAMENTO/INEXIGIBILIDADE/DISPENSA.....	309

RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO	309
PARECER TÉCNICO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	311
PARECER DO CONTROLE INTERNO (art. 42, XV da Lei nº 13.019).....	314
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº ____/____ ou INEXIGIBILIDADE/DISPENSA Nº ____/____.....	314
PARECER CONCLUSIVO DO GESTOR SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS	316
10 ROTEIRO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	319
10.1 Roteiro para Prestação de Contas Completa.....	319
10.2 Roteiro para Prestação de Contas Simplificada	322
REFERÊNCIAS.....	323